

PRÊMIO 2025
CULTURA
DE PERNAMBUCO



PRÊMIO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO
CULTURAL IMATERIAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2025
2º PRÊMIO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE
PERNAMBUCO - EDIÇÃO CAPOEIRA.

O Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Cultura de Pernambuco – SECULT/PE, observadas, no que couber, as normas gerais da Lei nº 14.835/2024, que institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura, da Lei 14.903/2024, que estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da Resolução Nº 01, de 09 de maio de 2018 do CEPC-PE, que aprovou o Plano Estadual de Cultura de Pernambuco do Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023, que regulamenta sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, da Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024, da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, do Decreto nº 49.914/2020 - Política Estadual de Segurança da Informação - PESI, do Decreto Nº 49.265/2020 - Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual, além das disposições constitucionais e demais normas aplicáveis, bem como regido pelos princípios da Administração Pública, torna público, através deste Edital, o regulamento para a **2º PRÊMIO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE PERNAMBUCO - EDIÇÃO CAPOEIRA.**

OBJETO

1.1 O Prêmio de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Pernambuco é uma iniciativa da SECULT-PE que tem como objetivo apoiar manifestações culturais reconhecidas como Patrimônio Cultural de Pernambuco e do Brasil pelo IPHAN. A cada edição, o prêmio contempla uma expressão diferente, promovendo ações de valorização, preservação e transmissão desses saberes e práticas. Nesta segunda edição, a manifestação contemplada será a Capoeira, expressão que reúne música, dança, luta e tradição oral, e que representa um importante símbolo da cultura afro-brasileira.

1.2 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 15 de julho de 2008, registrou oficialmente o Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Posteriormente, em 26 de novembro de 2014, a Roda de Capoeira foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Este reconhecimento é um testemunho da importância histórica e cultural dessa manifestação para a identidade cultural de Pernambuco.

1.3. Constitui o objeto deste Edital a premiação de 08 (oito) Mestres ou Mestras e 08 (oito) Grupos Culturais, que fazem parte do reconhecimento, da valorização e da salvaguarda dos saberes, fazeres e formas de expressão que representam a Capoeira no estado de Pernambuco.

1.4. Na Categoria de Mestres ou Mestras: Premiação individual para Mestres ou Mestras de Capoeira, detentores dos Conhecimentos Tradicionais desta manifestação e responsáveis pela transmissão oral de suas práticas, rituais e

herança cultural, considerando a sua importância na formação de novos capoeiristas.

1.5. Na Categoria de Ações Exemplares de Salvaguarda da Capoeira: Premiação de ações exemplares de salvaguarda da capoeira, por meio de atividades formativas, educacionais e projetos sociais envolvendo diferentes grupos sociais e faixas etárias, com a finalidade de ensino e transmissão das tradições da capoeira em suas diferentes expressões, e, ou rodas coletivas envolvendo praticantes de capoeira, ocupação criativa de espaços privados ou públicos, como sedes, escolas, praças, logradouros, parques, terreiros, entre outros, desenvolvidas, e em atividade com comprovações nos últimos 05 (cinco) anos, de modo continuado, promovidas por grupos com ou sem personalidade jurídica.

2. JUSTIFICATIVA OBJETO

2.1. O 2º PRÊMIO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE PERNAMBUCO - EDIÇÃO CAPOEIRA, visa reconhecer, valorizar e salvaguardar os saberes, fazeres e formas de expressão que representam a cultura da Capoeira em Pernambuco. Esse prêmio é uma parte essencial das políticas públicas voltadas para a promoção da diversidade cultural e o incentivo à produção artística no estado, alinhando-se às diretrizes do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

2.2. Este prêmio também está alinhado às diretrizes do Plano Estadual de Cultura de Pernambuco, especificamente ao Eixo 1 - Patrimônio Cultural e Memória, que destaca a importância de aperfeiçoar a política de fomento às ações de preservação do patrimônio cultural do estado. Além disso, o Eixo 2 - Cultura e Diversidade enfatiza a necessidade de promover a diversidade cultural e assegurar a participação de diferentes segmentos da sociedade nas políticas culturais.

2.3. A premiação de Mestres, Mestras e Grupos Culturais da Capoeira, como descrito neste Edital, busca fortalecer as expressões culturais tradicionais, garantindo a valorização dos saberes ancestrais e incentivando a continuidade dessas práticas culturais. Este incentivo é fundamental não só para a preservação das tradições, mas também para a renovação da produção artística em Pernambuco.

2.4. Ao reconhecer e premiar os guardiões da cultura da Capoeira, o Estado de Pernambuco não só presta homenagem aos seus fazedores, mas também contribui para o desenvolvimento de suas trajetórias e para a continuidade de suas práticas culturais. Dessa maneira, consolida-se como uma ação fundamental para o fortalecimento das tradições que fazem parte da identidade cultural de Pernambuco e do Brasil.

3. DOS PRÊMIOS

3.1. O valor total para seleção das propostas é de R\$132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).

3.2. Na categoria Mestres e Mestras, serão selecionados 8 (oito) agentes culturais, cada um(a) contemplado(a) com um prêmio no valor de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

3.3. Na categoria Ações Exemplares de Salvaguarda da Capoeira, serão selecionadas 8 (oito) iniciativas, cada uma contemplada com um prêmio no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta premiação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária (UO): 00133

UG: 200100

Programa de Trabalho: 1.00133.13.392.0370.1732.1808

Natureza da despesa: 3.3.90

Fonte de Recurso: .0500

Ficha Financeira: **1808 - Promoção de editais, concursos, prêmios e eventos para as linguagens artístico-culturais.**

5. QUEM PODE SE INSCREVER

5.1. Poderão apresentar propostas ao edital agentes culturais que atendam aos seguintes requisitos:

5.1.1 Pessoa Física

a) Idade igual ou superior a 18 anos;

b) Pernambucano(a) nato(a), que comprove atuação em Pernambuco há, pelo menos, 05 (cinco) anos;

c) Pessoa natural de outros estados, que comprove atuação e residência ou itinerância em Pernambuco há, pelo menos, 5 (cinco) anos.

5.1.2 Pessoa Jurídica | Microempreendedor Individual (MEI)

a) De direito privado com ou sem fins lucrativos;

b) Comprovação de sede, funcionamento e atuação no Estado de Pernambuco, há, pelo menos, 5 (cinco) anos;

c) Área de atuação compatível com o objeto deste Edital, tendo como natureza atividades artísticas e culturais.

5.1.3 Grupos e Coletivos

a) Sem constituição jurídica representado por Pessoa Física que atenda às exigências dos itens 5.1.1 e 9.6.

5.2. Na categoria de Mestres ou Mestras, o agente só poderá participar na modalidade como Pessoa Física ou MEI - Micro Empreendedor Individual (este em nome do próprio proponente, não podendo figurar como representante de pessoas físicas ou de coletivos artísticos).

6. DOS IMPEDIMENTOS

6.1. Não poderão participar do edital:

6.1.1. Integrantes da Comissão de Análise e Seleção do Edital, seus(suas) cônjuges, companheiros(as), parentes(as) consanguíneos(as) ou afins até 3º grau.

6.1.2. Servidores(as) públicos(as) efetivos(as), titulares de cargos comissionados e terceirizados da SECULT/PE e Fundarpe, que tiverem participado de alguma forma

da elaboração do edital, seus(suas) cônjuges, companheiros(as), parentes(as) consanguíneos(as) ou afins até 3º grau e entidade artística a qual faz parte.

6.1.3. Servidores(as) ou colaboradores(as) da SECULT/PE e Fundarpe com menos de 6 (seis) meses de desligamento, a contar da data de publicação do Edital no Diário Oficial do Estado.

6.1.4. Mestres/Mestras e Grupos/Comunidades contemplados/as na edição anterior deste Prêmio.

6.1.5. Empresário(a)s exclusivo(a)s ou produtor(a)s culturais na condição de Microempreendedor(a) Individual - MEI, representantes de artista, ressalvados os casos em que o(a) Microempreendedor(a) Individual - MEI seja o(a) próprio(a) artista.

6.1.6. Membros dos Conselhos estaduais ligado à Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, que tiverem participado de alguma forma da elaboração do edital, seus(suas) cônjuges, companheiros(as), parentes(as) consanguíneos(as) ou afins até 3º grau e entidade artística a qual faz parte.

6.1.7. Pessoas jurídicas que tenham como sócio/a dirigente servidores/as públicos/as efetivos/as ou titulares de cargos comissionados ou terceirizados da Secult-PE.

6.1.8. Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador).

6.1.9. Agentes culturais que não entregaram ou que estejam com algum tipo de prestação de contas reprovada junto à SECULT/PE, e/ou Fundarpe.

6.1.10. Agentes culturais diretamente envolvidos na etapa de proposição técnica da minuta de edital, na etapa de análise de propostas e/ou na etapa de julgamento de recursos do edital.

6.1.11. Órgãos, entidades, consórcios, fundos ou empresas públicas ou sociedades de economia mista, bem como, fundações, sociedades e as associações de apoio a instituições e equipamentos públicos de cultura.

6.1.12. Pessoas jurídicas constituídas como consórcios, serviço notarial e registral (cartório), condomínio edilício, comissão de conciliação prévia, entidade de mediação e arbitragem, entidade sindical, organização religiosa, fundo privado ou partido político.

6.2. Cada agente cultural poderá concorrer no edital em APENAS 1 (uma) categoria, sendo contemplado com apenas uma premiação.

7. DO CRONOGRAMA

7.1. O processo de inscrição e análise das propostas, bem como as atividades citadas neste edital obedecerão ao cronograma disponível no ANEXO I.

8. DAS INSCRIÇÕES E COMO SE INSCREVER

8.1. As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas por meio digital, exclusivamente pela plataforma do Mapa Cultural, em formulário de inscrição

específico, disponível na aba Oportunidades – Inscrições | 2º Prêmio de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco - Edição Capoeira, no link: <https://www.mapacultural.pe.gov.br/oportunidade/2683>, no período indicado no ANEXO I, Cronograma, deste edital, com o encerramento às 16h59m00s, horário de Brasília.

8.2. O(A) agente cultural deverá manter ativos e válidos o e-mail e telefone para contato inseridos no ato do preenchimento de sua inscrição, visto que os contatos informados serão os meios de comunicação com o proponente.

8.3. Para se inscrever, o proponente precisa ter um cadastro na Plataforma Mapa Cultural, como agente individual, e deve encaminhar, por meio da plataforma Mapa Cultural, todos os documentos requisitados, assim como todas as informações necessárias, que deverão estar discriminados no formulário de inscrição on-line, sendo necessário o anexo de arquivos da documentação, em formato PDF, legível, com tamanho máximo de 08 MB, e inserção de links para acesso ao material em áudio e vídeo.

8.4. Para inscrição recomendamos acessar o Youtube, através do link <<https://www.youtube.com/watch?v=pVKIbiybOBq>>, com o Tutorial para cadastro na Plataforma Mapa Cultural.

8.5. Independentemente das propostas serem de caráter individual ou coletivo, o Mapa Cultural aceitará apenas inscrições de agentes **INDIVIDUAIS**.

8.6. Para melhor desempenho no momento da inscrição on-line, recomenda-se a utilização dos navegadores Mozilla Firefox ou Google Chrome.

8.7. Para validação da inscrição, é necessário enviar no Formulário de Inscrição o resumo publicável da sua trajetória. Aqui, você deve apresentar de forma breve as principais informações sobre a sua trajetória profissional, dentro do limite de até 500 (quinhentos) caracteres, para publicação em caso de ser contemplado.

8.8. Após o preenchimento de todos os campos, o(a) proponente deve clicar no botão "**VALIDAR**" e, caso esteja tudo correto, clicar no botão "**ENVIAR**", finalizando assim sua inscrição. A mensagem de confirmação do envio da inscrição chegará no e-mail que está cadastrado no perfil do(a) agente cultural.

8.8.1. O Mapa Cultural permite fazer Rascunho da proposta, porém a inscrição somente é considerada válida ao clicar no botão "**ENVIAR**".

8.9. A inscrição será considerada efetivada somente após recebimento do e-mail, de confirmação de inscrição enviada, cadastrada na plataforma do Mapa Cultura que é o mesmo utilizado no login.

8.9.1. Não serão permitidas quaisquer modificações na proposta, nem entrega de materiais adicionais, depois de realizada a inscrição, salvo nos casos do item 20.10.

8.10. O(A) proponente poderá enviar a defesa de sua proposta em formato escrito ou em formato oral, por meio de vídeo com até 5 (cinco) minutos, que deverá ser inserido através de do link "YouTube ou Google Drive", de modo público (sem proteção por senha), em campo específico do Formulário de Inscrição.

8.11. Todo e qualquer acesso às ferramentas de outras plataformas deverão estar de acordo com os Termos de Serviço e demais políticas exigidas pelas respectivas plataformas. Portanto, ao aceitar os Termos de Serviço destas plataformas, os(as) proponentes devem estar cientes de que também estão aceitando eventuais ônus e ônus exacerbados pela empresa prestadora do serviço, não sendo, portanto, responsabilidade da SECULT/PE.

- 8.12.** É de responsabilidade integral e exclusiva do proponente toda e qualquer operação realizada na plataforma após acessá-la com login e senha, incluindo aquelas derivadas do uso indevido da senha por terceiros não autorizados, respondendo pelos danos e prejuízos eventualmente decorrentes.
- 8.13.** Em caso de envio de mais de 1 (uma) inscrição pelo(a) mesmo(a) proponente, será considerada a última inscrição enviada, sendo automaticamente consideradas inválidas as inscrições anteriores.
- 8.14.** Eventuais irregularidades na documentação e informações enviadas no ato da inscrição, constatadas a qualquer tempo, implicará na inabilitação ou desclassificação do(a) proponente, sem prejuízo da aplicação das medidas legais cabíveis.
- 8.15.** A SECULT/PE não se responsabilizará por congestionamento do sistema ou qualquer fato que impossibilite o preenchimento do Formulário de Inscrição dentro do prazo de inscrição.
- 8.16.** A SECULT/PE não se responsabiliza por eventuais problemas relativos à visualização dos anexos, links e documentos enviados, nem pela solicitação de inscrição não recebida por motivos técnicos nos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores que possam impedir a transferência de dados, sendo tais responsabilidades inteiramente do proponente.
- 8.17.** As informações apresentadas na inscrição junto a plataforma do Mapa Cultural devem corresponder aos documentos anexados. A incompatibilidade ou divergência entre as informações poderá acarretar na inabilitação do proponente.
- 8.18.** A inscrição do/da agente cultural significa aceitar todas as condições estabelecidas nesta premiação. A Secult/PE não se responsabiliza por eventuais problemas relativos à inscrição e visualização de anexos, links e documentos enviados.
- 8.19.** Toda documentação deverá estar em formato PDF, com tamanho máximo de 8MB (MEGABYTES) e todos os vídeos enviados via link deverão ser anexados em modo público e sem proteção de senha.
- 8.20.** É de exclusiva responsabilidade da(o) agente acompanhar todas as etapas do processo de seleção pelo cronograma, suas atualizações e divulgação nos meios oficiais de comunicação. A SECULT-PE não se responsabiliza por prazos e exigências não cumpridos pelo agente.

9. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

9.1. Para realizar a inscrição, será necessário o envio dos seguintes documentos:

9.1.1 Pessoa Física

- I.** Documento de identificação, onde se possa verificar a naturalidade (estado e cidade onde nasceu);
- II.** Comprovações da trajetória e atividades culturais realizadas no período mínimo de 05 (cinco) anos;
- III.** Comprovante de endereço recente, de no máximo 60 dias antes da data de publicação do edital, ou Autodeclaração de Residência (Anexo IV) ou Autodeclaração de dispensa de comprovação de domicílio para povos e comunidades tradicionais (Anexo VI);

IV. Comprovante de endereço de, no mínimo, 05 (cinco) anos antes da data de publicação do edital, para os agentes culturais que não sejam naturais de Pernambuco.

9.1.2 Pessoa Jurídica | Microempreendedor Individual (MEI)

I. Documento de identificação do representante legal da empresa;

II. Cartão do CNPJ;

III. Contrato Social, Estatuto e Ata ou Certificado de Microempreendedor;

IV. Comprovações da trajetória e atividades culturais realizadas no período mínimo de 05 (cinco) anos.

9.1.3 Grupos e Coletivos

I. O grupo e coletivo sem constituição jurídica representado por Pessoa Física devem atender às exigências do item 9.1.1.

9.2 O Comprovante de residência **deve estar no nome do agente cultural**, e serão válidos os seguintes documentos: Boleto de pagamento (água, luz, internet, telefone, IPTU, tributos municipais e estaduais); Extratos de cartões de crédito; Imposto de Renda; Contrato de locação.

9.3 O Agente Cultural deverá anexar as comprovações de trajetória e atividades culturais que poderá ser por vídeo (YouTube, Vimeo ou Drive (sem proteção por senha) ou documentos em PDF, com limite de até 8MB. Para comprovação, serão considerados os seguintes documentos: certificados, matérias de jornais, revistas, sites, cartazes, livros, folders, recortes de jornal, folhetos, fotografias com descrição nome do agente/atividade/função/data de realização, material audiovisual (arquivos de vídeos ou links no YouTube, Vimeo ou Drive (sem proteção por senha), comprovantes de participação em concursos, clipping, alvarás ou declarações de órgãos públicos, entidades, associações comunitárias ou culturais, dentre outros documentos que apresentem a trajetória cultural, desde que seja possível identificar as datas para comprovação.

9.4. Para efeito de assinatura em documentos, apenas serão admitidas as assinaturas de próprio punho ou assinaturas digitais nos padrões do ICP-Brasil ou no padrão do sistema Gov.br. Isso quer dizer que assinaturas digitalizadas e coladas não serão válidas.

9.5. Documentos sem assinatura não terão validade e não serão considerados no processo. Serão somente aceitas assinatura digital nos padrões ICP-Brasil ou no padrão do sistema gov.br ou de próprio punho.

9.6. Para comprovar residência, a(o) agente deve anexar, em campo específico no formulário de inscrição do Mapa Cultural, cópia de dois documentos, sendo um com data de emissão, no mínimo, 01 (um) ano antes da inscrição e outro com no máximo 60 (sessenta) dias antecedentes à data da inscrição, que deverá ser no nome do proponente/agente cultural (ex.: boleto de pagamento de água, energia, internet, telefone, IPTU, tributos municipais e estaduais, boleto cartões de crédito). Na falta de documentos que comprovem a residência do agente cultural, em seu nome, o mesmo deverá anexar a autodeclaração de residência. (Anexo IV).

9.7. Nos casos em que for admitida a participação de pessoas jurídicas, estas deverão possuir Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE compatível com o objeto deste Edital, sendo igualmente admitidas atividades econômicas correlatas, desde que guardem relação direta com as finalidades e as atividades previstas.

9.8. A inscrição poderá também ser complementada com um vídeo de até 1 (um) minuto de duração, publicado no site YouTube.com ou Vimeo.com.

10. DAS PROPOSTAS E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

10.1. Para avaliação das propostas na análise de mérito, serão utilizados critérios de seleção, além de uma metodologia de pontuação que estão presentes no quadro abaixo:

I) Na Categoria Mestres / Mestras:

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	PESOS	PONTUAÇÃO
I - Contribuição da atuação para o reconhecimento, difusão, valorização e preservação dos Saberes Tradicionais e da Cultura Popular da Capoeira	2	1 a 10 pontos
II - Tempo de atuação como Mestre/Mestra.	2	1 a 10 pontos
III - Contribuição sociocultural para a/s comunidade/s ou território/s em que vive e/ou atua, com atividades voltadas para crianças, jovens e/ou idosos no aprendizado mútuo de saberes e fazeres entre diferentes gerações.	2	1 a 10 pontos
IV - Contribuição para a criação e fortalecimento de espaços de memórias que promovam a valorização e difusão das tradições vinculadas à Cultura Popular, o registro, documentação e transmissão de saberes.	1	1 a 10 pontos
V - Contribuição da atuação para articulação de parcerias com a comunidade e instituições diversas.	1	1 a 10 pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA	---	80 PONTOS

II) Da Categoria Ações Exemplares de Salvaguarda da Capoeira:

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	PESOS	PONTUAÇÃO
I - Contribuição da atuação para a preservação da memória da Cultura Popular e para a manutenção das atividades, grupos ou comunidades vinculados às expressões da Capoeira.	2	1 a 10 pontos
II - Tempo de realização da ação inscrita envolvendo o ensino, valorização, preservação da memória e transmissão dos saberes com a Capoeira.	2	1 a 10 pontos
III - Contribuição sociocultural para a/s comunidade/s ou território/s em que atua, com atividades voltadas para crianças, jovens e/ou idosos no aprendizado mútuo de saberes e fazeres entre diferentes gerações.	2	1 a 10 pontos
IV - Contribuição para a criação e fortalecimento de espaços de memórias que promovam a valorização e difusão das tradições vinculadas às culturas populares, o registro, documentação e transmissão de saberes.	1	1 a 10 pontos

V - Contribuição da atuação para articulação de parcerias com a comunidade e instituições diversas.	1	1 a 10 pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA	---	80 PONTOS

10.2. As propostas serão avaliadas de acordo com a seguinte gradação de pontos, na análise de cada item, para a Categoria Mestres ou Mestras e Ações Exemplares de Salvaguarda da Capoeira:

PONTUAÇÃO	ASPECTOS NORTEADORES
00 ponto	Não atende ao critério
03 pontos	Atende insuficientemente ao critério
06 pontos	Atende parcialmente ao critério
08 pontos	Atende satisfatoriamente ao critério
10 pontos	Atende plenamente ao critério

10.2.1. Nos casos em que os(as) candidatos(as) obtiverem a mesma quantidade de pontos serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na sequência descrita abaixo:

a) Para a Categoria de Mestres ou Mestras será considerada a maior pontuação nos critérios:

- I. Contribuição da atuação para o reconhecimento, difusão, valorização e preservação dos Saberes Tradicionais e da Cultura Popular;
- II. Tempo de atuação como Mestre/Mestra;
- III. Contribuição sociocultural para a/s comunidade/s ou território/s em que vive e/ou atua, com atividades voltadas para crianças, jovens e/ou idosos no aprendizado mútuo de saberes e fazeres entre diferentes gerações;
- IV. Contribuição para a criação e fortalecimento de espaços de memórias que promovam a valorização e difusão das tradições vinculadas à Cultura Popular, o registro, a documentação e a transmissão de saberes;
- V. Contribuição da atuação para articulação de parcerias com a comunidade e instituições diversas.

b) Para a Categoria Ações Exemplares de Salvaguarda da Capoeira será considerada a maior pontuação nos critérios:

- I. Contribuição da atuação para a preservação da memória da Cultura Popular e para a manutenção das atividades, grupos ou comunidades vinculados às expressões culturais da capoeira;
- II. Tempo de realização da ação inscrita envolvendo o ensino, valorização, preservação da memória e transmissão dos saberes com a Capoeira;
- III. Contribuição sociocultural para a/s comunidade/s ou território/s em que vivem e/ou atuam, com atividades voltadas para crianças, jovens e/ou idosos no aprendizado mútuo de saberes e fazeres entre diferentes gerações;
- IV. Contribuição para a criação e fortalecimento de espaços de memórias que promovam a valorização e difusão das tradições vinculadas às culturas populares, o registro, documentação e transmissão de saberes;

V. Contribuição da atuação para articulação de parcerias com a comunidade e instituições diversas.

10.3. Permanecendo o empate, será considerado o(a) proponente(a) mais idoso(a).

11. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

11.1. A comissão de seleção será formada por, no mínimo, 02 (dois) profissionais com experiência e conhecimento nas áreas do objeto deste edital.

11.1.1. Cada proposta será analisada por apenas um Parecerista componente da Comissão indicada no item 11.1

11.2. Em caso de haver recurso, a Comissão Recursal será formada por, no mínimo, 02 (dois) profissionais diferentes dos que compõem a Comissão de Seleção, com experiência e conhecimento nas áreas do objeto deste edital.

11.3. Cada recurso será analisado por apenas um Parecerista Recursal componente da Comissão indicada no item 11.2.

11.4. As Comissões de Seleção e Recursal serão presididas e coordenadas pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco que designará 01 (um) técnico para esse fim.

12. DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS E DA AVALIAÇÃO

12.1. As propostas inscritas serão avaliadas em 2 (duas) etapas:

Análise Preliminar/ habilitação documental (eliminatória);

Análise de Mérito (classificatória e eliminatória).

12.2. DA ANÁLISE PRELIMINAR/ HABILITAÇÃO DOCUMENTAL (CARÁTER ELIMINATÓRIO)

12.3. As propostas inscritas serão submetidas à comissão técnica interna da SECULT-PE que vai analisar todos os documentos enviados pelo(a) agente para confirmar a validade ou não da inscrição, de acordo com as exigências expressas neste edital quanto ao envio de documentos obrigatórios.

12.3. A lista das propostas selecionadas e não selecionadas, com o motivo da não seleção, será divulgada no site do Mapa Cultural, sendo de total responsabilidade do(a) agente acompanhar a atualização dessas informações.

12.4. O(A) Agente estará limitado ao envio de apenas um recurso por proposta.

12.4.1. Os recursos deverão ser encaminhados através de formulário específico na oportunidade do edital no Mapa Cultural de Pernambuco, não cabendo juntada de documentos.

12.4.2. Os recursos da inabilitação serão analisados pela comissão técnica interna da SECULT-PE, no prazo estabelecido no Cronograma, Anexo I deste Edital;

12.4.3. O resultado dos recursos será publicado e divulgado no site do Mapa Cultural, sendo de total responsabilidade do(a) agente acompanhar a atualização dessas informações.

12.5. DA ANÁLISE DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS

12.5.1. A análise documental será realizada concomitantemente à análise das Políticas Afirmativas, nos termos do item 13 deste Edital.

12.5.2. A SECULT/PE nomeará uma Comissão de Heteroidentificação para análise dos requerimentos de acesso às políticas afirmativas de reserva de vagas e pontuação extra para pessoas negras.

12.5.3. A avaliação realizada no Procedimento de Heteroidentificação será baseada exclusivamente em critérios fenotípicos, observando o conjunto de características físicas visíveis que possibilitam o reconhecimento social do(a) candidato(a) como pessoa negra, não sendo considerados elementos relacionados à ascendência, ancestralidade ou autopercepção, conforme Anexo XVII.

12.6. DA HABILITAÇÃO DA PROPOSTA/ANÁLISE DE MÉRITO (CARÁTER ELIMINATÓRIO)

12.6.1. As propostas inscritas serão submetidas à análise da comissão de seleção (mérito) e presidida pelo titular da Coordenadoria de Cultura Popular da SECULT-PE, que verificará a adequação da proposta às exigências expressas deste edital, de acordo com os critérios de avaliação e seleção das propostas.

12.6.2. Não serão admitidas propostas:

a) Com conteúdos que desrespeitem as diversidades religiosas, sexuais, de gênero, geracionais, os direitos da pessoa com deficiência, bem como os direitos humanos em geral.

b) Que envolvam promoção pessoal de autoridades que ocupem cargos públicos e promoção de partidos políticos.

12.7. As(os) agentes que tiverem proposta inabilitada poderão interpor recurso sobre a etapa de habilitação no prazo de até 03 (três) dias úteis, e caso apresentado recurso, de 2 (dois) dias úteis para apresentação das contrarrazões, a contar da data da divulgação da lista de habilitados e inabilitados, conforme Cronograma (Anexo I).

12.8. Do resultado final da seleção de propostas, não caberá recurso.

12.9. As propostas serão classificadas em ordem decrescente, sendo premiadas aquelas que obtiverem a maior pontuação, considerando os critérios de análise descritos no 11.1.4 e seus subitens, distribuição de prêmios por macrorregião do Estado de Pernambuco, percentuais de indução social e reserva de vagas definidos nos itens 14 e seus subitens, e que cumpram as demais exigências deste Edital.

12.10. As propostas que não atingirem a pontuação mínima de 48 (quarenta e oito) pontos serão desclassificadas.

12.11 DA HABILITAÇÃO DOCUMENTAL PARA PAGAMENTO

12.11.1 A classificação das propostas inscritas será publicada no Portal Cultura PE (<https://www.cultura.pe.gov.br>) e no Mapa Cultural de Pernambuco (<https://www.mapacultural.pe.gov.br>), sendo respeitada a ordem decrescente de pontuação.

12.11.2. Em caso de seleção da proposta, o(a) agente cultural deverá enviar a documentação indicada no ANEXO III, em arquivo PDF (de até 8MB), por meio do formulário específico disponível no Mapa Cultural.

12.11.3. A documentação será validada pela equipe técnica da Secult PE, que, havendo qualquer divergência de informações, poderá abrir diligência para sanar as pendências.

12.11.4. Após a validação, o setor responsável encaminhará a documentação para pagamento no prazo especificado no anexo I.

12.11.5. Caso a(o) agente não apresente a documentação especificada no ANEXO III e/ou não sane as pendências indicadas na diligência, a proposta será desclassificada.

13. DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

13.1. Este Edital adota um conjunto interseccional de ações afirmativas, conforme disposto no inciso VI do art. 15 e os artigos 2º e 6º da Instrução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2023, do Ministério da Cultura, a saber:

- I. Reserva de vagas de 25% (vinte e cinco por cento) para propostas cujo a pessoa proponente individual seja Pessoa negra (preta ou parda), ou para propostas coletivas em que a representação seja exercida por pessoa negra (preta ou parda), em grupo cuja composição seja de, no mínimo, 50% mais um de pessoas negras;
- II. Reserva de vagas de 10% (dez por cento) para propostas cujo a pessoa proponente individual seja Pessoa indígena, ou para propostas coletivas em que a representação seja exercida por pessoa indígena, em grupo cuja composição seja de, no mínimo, 50% mais um de pessoas indígenas;
- III. Reserva de vagas de 5% (cinco por cento) para propostas cujo a pessoa seja Pessoa com deficiência, ou para propostas coletivas em que a representação seja exercida por pessoa com deficiência, em grupo cuja composição seja de, no mínimo, 50% mais um de pessoas com deficiência.

13.2. No ato da inscrição, a pessoa proponente que não se autodeclarar como pertencente a um dos grupos contemplados pelas políticas afirmativas no edital, ou que não manifeste a intenção de concorrer com base nas ações afirmativas previstas, tais como indução (critérios de pontuação diferenciada) e reservas de vagas, concorrerá exclusivamente às vagas de ampla concorrência e não receberá a bonificação pelos indutores. A ausência dessa manifestação no momento da inscrição implicará a perda definitiva do direito a qualquer ação afirmativa, não sendo permitida a complementação posterior nem a interposição de recurso para reivindicar esse direito em outro momento.

13.3. A pessoa proponente que optar pela reserva de vagas afirmativas e obtiver nota suficiente para se classificar no número de vagas destinadas à ampla concorrência, serão classificadas por essa modalidade, não ocupando as vagas reservadas pelas ações afirmativas. Tal regra aplica-se, às pessoas negras, indígenas e com deficiência, conforme previsto nas diretrizes desta política.

13.4. O procedimento de validação para acesso às políticas afirmativas (indução e reserva de vagas) será realizado em fase específica, conforme cronograma do Edital.

13.5. As pessoas proponentes que tiverem sua solicitação de reserva de vagas e indução indeferida, poderão interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme o calendário do edital, sendo vedado o envio de novos documentos durante esse processo. Após a publicação do resultado do recurso, não caberá novo pedido de revisão. A pessoa proponente com recursos indeferidos concorrerá automaticamente na ampla concorrência e não receberá indução pelos critérios diferenciados de pontuação.

13.6. Na hipótese de envio de documentos em desconformidade com as orientações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, a solicitação de reserva de vagas e indução (critérios diferenciados de pontuação) será indeferida. Nesses casos, a pessoa proponente passará automaticamente a concorrer na modalidade de Ampla Concorrência e não receberá indução pelos critérios diferenciados de pontuação. A SECULT-PE não se responsabilizará pela qualidade técnica do

material enviado, sendo de inteira responsabilidade do/a proponente o correto cumprimento das exigências aqui estabelecidas.

13.7. A pessoa proponente que optar pela reserva de vagas destinadas às Pessoas negras, deverá inserir três fotografias atualizadas (frente, perfil lateral direito e perfil lateral esquerdo) e um vídeo individual de autodeclaração, com duração máxima de 1 (um) minuto, todos produzidos conforme as orientações do Anexo XVI.

13.8. A pessoa proponente que solicitar reserva de vagas e indução (critérios diferenciados de pontuação) para pessoas negras sejam elas do gênero feminino ou masculino será submetida ao Procedimento de Heteroidentificação conforme orientações do Anexo XVII. O acesso à reserva de vagas e critérios diferenciados de pontuação (indutores) estão condicionados ao deferimento neste procedimento.

13.9. As fotografias e o vídeo solicitados para fins de heteroidentificação também devem seguir as orientações específicas conforme Anexo XVI, com tamanho máximo de até 8 (oito) MB para cada fotografia, e link do vídeo individual de autodeclaração, em modo público, sem proteção por senha, que deve ser mantido disponível até o período de vigência do Edital. É importante esclarecer que todo e qualquer acesso às ferramentas de outras plataformas deverão estar de acordo com os Termos de Serviço e demais políticas exigidas pelas respectivas plataformas. Portanto, ao aceitar os Termos de Serviço dessas plataformas os/as proponentes devem estar cientes de que também estão aceitando eventuais bônus e ônus exacerbados pela empresa prestadora do serviço não sendo, portanto, responsabilidade da SECULT-PE.

13.10. No que se refere exclusivamente aos critérios para averiguação do segmento de Pessoas Negras, a verificação será realizada exclusivamente com base em critérios fenotípicos, levando em conta características visíveis, como cor da pele, textura do cabelo e formato do rosto, que possibilitem o reconhecimento social da pessoa como sujeita ao racismo estrutural, institucional e à discriminação racial. Não serão admitidos como critérios de validação a ascendência familiar, origem genealógica ou colateralidade racial. Em caso de convocação ou notificação, a ausência de resposta ou justificativa válida implicará a não validação definitiva da autodeclaração e a exclusão irrecorrível do processo seletivo.

13.11. A pessoa proponente que optar pela reserva de vagas destinadas às Pessoas indígenas, deverá inserir um dos seguintes documentos: Declaração de Pertencimento para Pessoas indígenas conforme modelo do Anexo VI; ou Cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (RANI), ou Documento oficial com indicação de etnia.

13.12. A declaração de Pertencimento para pessoas indígenas deverá estar devidamente assinada por pelo menos uma liderança indígena reconhecida, com indicação clara de seu vínculo com o povo ou comunidade indígena a que pertence a pessoa proponente.

13.13. A pessoa proponente que optar pela reserva de vagas destinadas às Pessoas com deficiência, deverá inserir um dos seguintes documentos: Laudo Médico, conforme modelo disponibilizado no Anexo VIII, emitido por profissional da área de saúde devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM); ou Certificado da Pessoa com Deficiência, emitido por órgão competente da administração pública, conforme normativas federais, estaduais ou municipais vigentes, que deve conter o nome completo e CPF da pessoa proponente; ou Comprovante de recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à

Pessoa com Deficiência, emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou outro órgão competente.

13.14. Todos os documentos anexados para efeito de comprovação da condição de destinatário das políticas afirmativas inseridas no ato da inscrição deverão estar em conformidade com os critérios de autenticidade, validade legal e legibilidade especificadas neste edital, sob pena de indeferimento da solicitação às políticas afirmativas.

13.15. Para acessar à Política Afirmativa de Reserva de Vagas, Pessoas Jurídicas (com CNPJ) e Coletivos sem personalidade jurídica precisam anexar todos os documentos solicitados referentes à reserva de vagas do responsável legal e/ou representante formal, e a Declaração de Composição Afirmativa da Instituição ou Coletivo conforme modelo do Anexo XVIII.

13.16. Este edital aplica, também na forma de Política Afirmativa, Indução (critérios diferenciados de pontuação) às propostas cuja a pessoa proponente individual, ou representante do grupo ou coletivo (com ou sem personalidade jurídica) seja pertencente aos segmentos sociais contemplados por esta política afirmativa. Após a análise das propostas selecionadas na fase documental, e em observância à Instrução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2023, do Ministério da Cultura, será aplicado um percentual de indução, não cumulativo, à nota obtida dos critérios de avaliação das propostas, conforme disposto a seguir:

Segmento Social	Percentual de Indução
Pessoa do gênero feminino negra ou indígena	25%
Pessoa negra ou indígena	20%
Pessoa do gênero feminino	20%
Homens trans e outras transgeneridades (transmasculinos, pessoas não binárias, queer, pessoas sem identidade de gênero ou intersexo)	15%
Povos e Comunidades Tradicionais (quilombolas, de terreiro, rurais e de reforma agrária, ribeirinhas, pescadores artesanais, ciganos, extrativistas e outras comunidades tradicionais)	15%
Pessoa idosa (com idade igual ou superior a 60 anos)	5%
Pessoa com deficiência	5%
Pessoa em situação de rua	5%

13.17. Para solicitar a aplicação de Indução (critérios diferenciados de pontuação), previstos neste edital, a pessoa proponente deverá, no ato da inscrição, indicar o grupo ao qual pertence e anexar a documentação comprobatória correspondente. A ausência desta documentação implicará na desconsideração da solicitação dos indutores. Abaixo, segue a relação dos documentos exigidos para cada segmento social contemplado:

CRITÉRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PROPOSTAS INDIVIDUAIS	
Segmento Social	Documento(s) Necessário(s)

Pessoa do gênero feminino negra ou indígena	- Autodeclaração de Gênero (Anexo V) Para pessoa do gênero feminino indígena: - Declaração de Pertencimento para Pessoas Indígenas (Anexo VI) ou Cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (RANI), ou Documento oficial com indicação de etnia. Para pessoa do gênero feminino negra: - 3 Fotografias e vídeo conforme as orientações especificadas no Anexo XVI e item 14.9.
Pessoa negra ou indígena	Para pessoa negra: - 3 Fotografias e vídeo conforme as orientações especificadas no Anexo XVI e item 14.9. Para Pessoa indígena: - Declaração de Pertencimento para Pessoas Indígenas (Anexo VI) ou Cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (RANI), ou Documento oficial com indicação de etnia.
Pessoa do gênero feminino	- Autodeclaração de Gênero (Anexo V)
Homens trans e outras transgeneridades (transmasculinos, pessoas não binárias, queer, pessoas sem identidade de gênero ou intersexo)	- Autodeclaração de Gênero (Anexo V)
Povos e Comunidades Tradicionais (quilombolas, de terreiro, rurais e de reforma agrária, ribeirinhas, pescadores artesanais, ciganos, extrativistas e outras comunidades tradicionais)	- Declaração de Pertencimento para Pessoas indígenas e Comunidades Tradicionais (Anexo VI)
Pessoa idosa (com idade igual ou superior a 60 anos)	- Documento de Identificação com data de nascimento visível
Pessoa com deficiência	Um dos seguintes documentos: - Laudo médico (emitido nos últimos 24 meses, com CID-10, assinatura, carimbo, CRM – Anexo VIII) - Certificado da Pessoa com Deficiência - Comprovante de recebimento do BPC
Pessoa em situação de rua	- Selecionar a opção correspondente no

formulário de inscrição (indutor)

13.18. Todos os documentos exigidos — incluindo declarações e autodeclarações conforme os anexos deste edital — devem ser enviados no ato da inscrição, em formato PDF, observando as orientações estabelecidas e respeitando o limite máximo de 8 (oito) megabytes por arquivo.

13.19. Para efeito de assinatura em documentos, apenas serão admitidas as assinaturas de próprio punho ou assinaturas digitais nos padrões do ICP-Brasil ou no padrão do sistema Gov.br. Declarações e Autodeclarações sem assinatura, ou com assinaturas digitalizadas e coladas não terão validade e não serão consideradas no processo.

13.20. Serão admitidas denúncias formalmente fundamentadas que questionem a veracidade de autodeclarações ou documentos comprobatórios apresentados por pessoas proponentes ou integrantes de equipes beneficiárias das ações afirmativas. Se considerada admissível, a denúncia será encaminhada à comissão específica, que avaliará o caso conforme os critérios deste edital. Constatada a procedência, será instaurado processo de verificação, com nova análise pela Comissão de Políticas Afirmativas e Heteroidentificação para Averiguação de Perfil e Condicionalidade, garantindo-se o contraditório e o direito ao recurso.

13.21. Todos os grupos contemplados pelas ações afirmativas previstas neste edital poderão ser submetidos a procedimentos de verificação, conforme os documentos exigidos para cada segmento. As verificações serão realizadas em caso de denúncia formalmente fundamentada e admitida pela comissão competente, ou por iniciativa da própria administração pública quando houver indícios consistentes de inconsistência nas informações apresentadas. O processo de averiguação será conduzido por Comissão de Políticas Afirmativas específica, respeitando os critérios estabelecidos neste edital para cada grupo, garantindo o contraditório, a ampla defesa e a presunção de inocência até a conclusão final do processo. As formas de verificação poderão incluir análise documental, entrevistas, análise de fotos, vídeo ou outros meios compatíveis com a natureza do segmento e da autodeclaração apresentada.

13.22. A comissão será formada por membros com experiência reconhecida nas temáticas específicas das políticas afirmativas previstas neste edital. Compete à comissão realizar os procedimentos de verificação, presencial ou virtualmente, garantindo sigilo, imparcialidade e respeito aos direitos dos avaliados; avaliar exclusivamente os critérios objetivos do segmento para o qual se solicita a ação afirmativa; e emitir parecer conclusivo sobre o deferimento ou indeferimento da autodeclaração e documentos comprobatórios apresentados.

13.23. As denúncias relacionadas às Políticas Afirmativas, bem como quaisquer outras relativas a este edital, deverão ser encaminhadas à Ouvidoria da Secretaria de Cultura, por meio do site: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/ouve-pe/>. A apuração será de responsabilidade da Comissão de Editais, que adotará as medidas cabíveis conforme as normativas vigentes.

14. DA REGIONALIZAÇÃO

14.1. Além dos critérios de indução e das cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e Pessoa Com Deficiência - PCD, serão aplicadas cotas com reserva de

vagas para agentes das 4 (quatro) macrorregiões de Pernambuco, em observância à Instrução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2023, do Ministério da Cultura, conforme tabela abaixo:

Macrorregião	Cotas por porcentagem
Região Metropolitana	aproximadamente 40%
Zona da Mata	aproximadamente 20%
Agreste	aproximadamente 20%
Sertão	aproximadamente 20%

14.2. Para fins de aplicação das Cotas de Regionalização, será considerada a comprovação de residência do(a) agente cultural, no caso de Pessoa Física, ou da sede/localização, no caso de Pessoa Jurídica. Essa comprovação poderá ser realizada por meio de autodeclaração disponível no formulário de inscrição do Mapa Cultural de Pernambuco ou conforme demais formas previstas neste edital (comprovante de residência).

14.3. Havendo sobra de vaga em alguma macrorregião, serão priorizados os agentes das macrorregiões na seguinte ordem – Sertão, Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife, respeitando a ordem de classificação e os demais critérios estabelecidos neste edital.

15. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

15.1. Fica estabelecido no Cronograma (Anexo I) o prazo para impugnação deste Edital. Decorrido o prazo não serão admitidas novas impugnações.

15.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não paralisarão o trâmite do processo do Edital, nem impedirão a participação dos interessados até a decisão definitiva respectiva, salvo se a Administração, ao adotar eventuais medidas corretivas pertinentes, entender pela suspensão, revogação ou anulação do procedimento.

15.3. Eventuais modificações no Edital serão divulgadas no Diário Oficial do Estado - DOE, no Cultura PE e no Mapa Cultural, sem que ocorra a alteração dos prazos previstos neste Edital, salvo se a referida alteração comprometer a inscrição do agente.

15.4. As propostas inscritas serão submetidas à comissão técnica interna da SECULT/PE que vai analisar todos os documentos enviados pelo(a) agente para confirmar a validade ou não da inscrição, de acordo com as exigências expressas neste edital quanto ao envio de documentos obrigatórios.

15.5. A lista das propostas selecionadas e não selecionadas, com motivo da não seleção, será divulgada no site do Mapa Cultural e Portal Cultura PE, sendo de total responsabilidade do (a) agente acompanhar a atualização dessas informações.

15.6. As (os) agentes que tiverem proposta inabilitada poderão interpor recurso sobre a etapa de habilitação, estabelecidos nos itens 10 e 12, a contar do dia útil seguinte à divulgação da lista de selecionados e não selecionados, conforme Cronograma (Anexo I).

15.7. Os recursos deverão ser encaminhados através de formulário específico na oportunidade deste edital na Plataforma do Mapa Cultural de Pernambuco, no formato em PDF com tamanho máximo de 8MB, não cabendo juntada de novos documentos.

15.8. Os recursos da habilitação serão analisados pela comissão técnica interna da SECULT/PE, no prazo estabelecido no Cronograma, Anexo I deste Edital.

15.9. O resultado dos recursos será publicado na plataforma do Mapa Cultural de Pernambuco e divulgado no site Cultura PE, sendo de total responsabilidade do(a) agente acompanhar a atualização dessas informações.

16. DA ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL E DO PAGAMENTO

16.1. Cada proponente só poderá ter 1 (uma) proposta premiada.

16.2. Os (As) proponentes selecionados(as) se obrigam a encaminhar os documentos solicitados no Anexo III pela plataforma do Mapa Cultural de Pernambuco (www.mapacultural.pe.gov.br).

16.3. Os proponentes após resultado de seleção, serão convocados para anexar na Plataforma do Mapa Cultural as documentações necessárias para pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, constantes no Anexo III deste Edital.

16.4. A não apresentação da documentação exigida, no prazo estipulado no Cronograma do edital (Anexo I), implicará na impossibilidade de recebimento do prêmio, e consequente desclassificação, sendo convocado(a) o(a) proponente/suplente classificado(a) em posição imediatamente posterior, nas mesmas características de cota e regionalização.

16.5. A entrega da documentação correta, respeitando prazos e validades das certidões e documentos exigidos, é de única e exclusiva responsabilidade do(a) selecionado(a);

16.6. O prêmio será pago em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da documentação indicada no Anexo III, depositado diretamente na conta bancária informada pelo(a) proponente (conta-corrente ou conta poupança).

16.7. NÃO É RECOMENDADA A ABERTURA DE CONTAS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DIGITAIS, pois, muitas destas instituições financeiras têm limite diário de valor e horário para recebimento de recursos financeiros, o que acarreta na devolução do TED (depósito), inviabilizando o pagamento.

16.8. Não serão aceitas para o pagamento da premiação contas conjuntas, contas com limites de recebimento e contas benefícios.

16.9. Para fins de esclarecimento, considera-se como conta benefício toda e qualquer modalidade de conta disponibilizada pelas instituições financeiras com uma finalidade única e exclusiva de recebimento de salários, pensões, aposentadorias ou similares.

16.10. O prêmio será depositado por meio de ordem bancária na conta indicada pelo(a) proponente, sendo obrigatória a correspondência entre a titularidade deste e a titularidade da conta bancária onde será realizado o pagamento da premiação.

16.12. Para fins de esclarecimento, o empenho prévio não é garantia de pagamento, sendo um ato discricionário da Administração Pública, e que pode ser

cancelado a qualquer momento quando constatada qualquer irregularidade quanto ao disposto no edital.

16.13. Não há retenção de Imposto de Renda no ato do pagamento à Pessoa Jurídica, devendo esta responsabilizar-se pelas devidas obrigações tributárias e acessórias.

16.14. Todas as obrigações fiscais e contábeis decorrentes da premiação são de responsabilidade exclusiva do/a agente.

16.15. Os pagamentos realizados aos agentes inscritos com a natureza Pessoa Física, terão o desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte, seguido a Tabela Progressiva mensal IRRF, conforme o Regulamento do Imposto de Renda e na Solução de Divergência da Coordenação Geral de Tributação da Receita Federal.

16.16. O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.

16.17. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme Anexo XI deste Edital, e receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) indicada, conforme solicitado no Anexo III, deste edital.

17. DO REMANEJAMENTO

17.1. Havendo sobra de recursos em uma das categorias deste edital o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras categorias, respeitando a seguinte ordem:

- 1) a maior demanda de suplentes;
- 2) ordem de classificação; e
- 3) demais critérios estabelecidos neste edital.

17.2. Havendo sobra de vaga em alguma macrorregião, conforme item 14, serão priorizados os proponentes das macrorregiões na seguinte ordem: Sertão, Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife, respeitando a ordem de classificação e os demais critérios estabelecidos neste edital.

17.3. Havendo sobra de reserva de vagas, o remanejamento se dará na seguinte ordem de prioridade:

- I. Pessoa negra;
- II. Pessoa indígena;
- III. PCD; e
- IV. Ampla concorrência.

18. DA VIGÊNCIA DO EDITAL

18.1. O Edital entra em vigor na data de sua publicação e seguirá o cronograma estabelecido no Anexo I.

19. DAS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

19.1. O presente Edital é regido pela Lei nº 14.903, de 27 de abril de 2024, que institui o marco regulatório do fomento e Cultura, a Lei nº 14.835, de 4 de abril de

2024, que institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura, do Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023, que regulamenta sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, Decreto nº 47.129, DE 14 de fevereiro de 2019, que Institui o Programa Estadual de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco, da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, do Decreto nº 49.914/2020 - Política Estadual de Segurança da Informação - PESI, do Decreto Nº 49.265/2020- Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual, além das disposições constitucionais e demais normas aplicáveis, cabendo a aplicação de todas as penalidades previstas na Lei, sem prejuízo da aplicação de outras medidas e penalidades cabíveis nas esferas cível e criminal.

19.2. É de responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas, a qualquer tempo.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Para fins de conhecimento e esclarecimentos acerca da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e de seu regramento para os editais da Secult/PE, recomendamos a leitura do ANEXO II.

20.2. Em caso de desistência formal (Anexos XIII e XIV) do proponente, em qualquer fase do presente chamamento público, serão aplicadas as regras de remanejamento previstas neste Edital, mediante item 17, respeitada a ordem de classificação e os critérios estabelecidos para substituição, convocação ou redistribuição dos recursos, conforme aplicável.

20.2.1. A desistência deverá ser formalizada mediante o preenchimento e envio do formulário em formato PDF (8MB), constante nos Anexos XIII e XIV, exclusivamente por meio do email: comissaodeeditais@secult.pe.gov.br.

20.3. Serão desclassificadas as propostas que não estejam de acordo com o objeto deste edital, bem como as que apresentem conteúdos que desrespeitem as diversidades religiosas, sexuais, de gênero, geracionais, os direitos da pessoa com deficiência e os direitos humanos em geral.

20.4. A SECULT/PE e a Comissão de Seleção ficam isentas de responsabilidades sobre fatos decorrentes do uso indevido ou sem autorização de imagens e/ou obras de terceiros, respondendo por isso, exclusivamente, o(a) proponente do projeto, nos termos da legislação específica.

20.5. O(A) proponente será o/a único/a responsável pela veracidade da proposta e dos documentos encaminhados, isentando a SECULT/PE de qualquer responsabilidade civil ou penal, inclusive no que tange aos compromissos e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, bancária e intelectual (direito autoral, inclusive os conexos, e propriedade industrial).

20.6. Fica facultado à Secult PE realizar ações públicas gratuitas de divulgação e acesso aos resultados obtidos pelos projetos contemplados com livre uso de imagens.

20.7. O proponente cede à Secretaria de Cultura, por período máximo permitido em Lei, direitos de exibição para realizar ações públicas gratuitas de divulgação e acesso aos resultados obtidos pelos projetos contemplados com livre uso de imagens, para fins de difusão cultural, por meio digital ou físico, preservando-se sempre os direitos autorais morais do devido crédito ao autor.

20.8. A SECULT/PE se reserva ao direito de solicitar a qualquer momento durante a vigência dos prazos estabelecidos no presente edital documentos complementares.

20.9. Serão desclassificadas as inscrições com irregularidades, constatadas a qualquer tempo, relacionadas aos itens deste edital.

20.10. O presente Edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal Cultura PE (www.cultura.pe.gov.br) e no site do Mapa Cultural de Pernambuco (www.mapacultural.pe.gov.br).

20.11. Os casos omissos neste edital serão decididos pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco.

20.12. Para o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero, o(a) agente deverá requerer expressamente no formulário de inscrição, selecionando o campo específico, acompanhado de documento com nome civil, cabendo a SECULT/PE em seus atos e procedimentos, adotar o nome social da pessoa transgênera.

20.13. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça comum estadual do Fórum da Comarca do Recife, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.14. As informações, dúvidas e outros esclarecimentos sobre o conteúdo deste edital serão prestados por meio do e-mail salvaguardadopatrimoniolmaterial@secult.pe.gov.br e pelo atendimento oficial da SECULT/PE, através do WhatsApp (81) 3184-3018, de segunda a sexta, das 8h às 17h.

20.15. Para os casos de dúvidas técnicas ou problemas na plataforma de inscrição no Mapa Cultural de Pernambuco, serão prestadas suporte exclusivamente por meio do Atendimento via WhatsApp (81) 3184-3018 e pelo e-mail contato.mapacultural@secult.pe.gov.br de segunda a sexta das 08h às 17h.

20.16. Denúncias, reclamação, sugestões e elogios devem ser enviados para: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/ouve-pe/>.

20.17. As denúncias ao Edital com caráter de recurso, que não foram apresentadas no prazo de interposição do deste, serão consideradas intempestivas.

20.18. Os casos não previstos neste edital serão decididos pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco.

20.19. Aplicam-se, no que couber, todas as disposições legais aplicáveis às legislações de mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, pertinente a cada edital.

20.20. A lista final das propostas selecionadas para premiação será homologada pela Secretária de Cultura de Pernambuco e seu extrato será publicado no Diário Oficial do Estado, bem como nas redes sociais da SECULT/PE e, na sua integralidade, nos sítios eletrônicos do Mapa Cultural de Pernambuco <www.mapacultural.pe.gov.br> e Cultura.PE <www.cultura.pe.gov.br>.

20.21. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios, omissões ou dúvidas decorrentes do presente Edital.

21. DOS ANEXOS

21.1. O Edital é composto pelos seguintes anexos:

ANEXO I - CRONOGRAMA

ANEXO II - LGPD LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO PARA PAGAMENTO

ANEXO IV - AUTODECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

ANEXO V – AUTODECLARAÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO PARA PESSOAS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA PARA REPRESENTAÇÃO DE PERTENCENTES A GRUPOS OU COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

ANEXO VIII - LAUDO MÉDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ANEXO IX – TERMO DE COMPROMISSO PESSOA FÍSICA

ANEXO X – TERMO DE COMPROMISSO PESSOA JURÍDICA

ANEXO XI – TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

ANEXO XII - MINUTA DE RECURSO

ANEXO XIII - MINUTA DE DESISTÊNCIA DO CERTAME PESSOA FÍSICA

ANEXO XIV - MINUTA DE DESISTÊNCIA DO CERTAME PESSOA JURÍDICA

ANEXO XV - ORIENTAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DO RELATO ORAL

ANEXO XVI- ORIENTAÇÕES DE ENVIO DE FOTOGRAFIA E VÍDEO PARA PESSOAS NEGRAS

ANEXO XVII - PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

ANEXO XVIII - DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO AFIRMATIVA DA INSTITUIÇÃO OU COLETIVO